A materialidade da divisão social e sexual para os estudos da comunicação

Dulce Mazer [1]

Resumo: Neste trabalho elencamos algumas das principais justificativas para o uso de gênero como categoria de análise transversal nas pesquisas em comunicação social. Consideramos, a partir de teóricas feministas, de teorias do jornalismo e de estudiosos da comunicação, as bases materiais da comunicação social aplicadas na construção de modelos simbólicos em uma sociedade marcada pela divisão sexual. Observamos a contribuição deste fato para os estudos da comunicação. Acreditamos que aceitar a transversalidade da categoria de gênero seja essencial para desenvolver uma análise sobre o fenômeno do uso de imagens femininas no jornalismo impresso, cuja causa maior, acreditamos, encontra-se na divisão sexual da sociedade.

Palavras-chave: gênero; comunicação; jornalismo; imagem.

1. Introdução

Para que os estudiosos da comunicação se apropriem histórica e analiticamente da categoria de gênero e a incorporem em suas pesquisas é preciso admitir, em primeiro plano, sua transversalidade, uma vez que, como afirmou Beauvoir, o mundo feminino se opõe, por vezes, ao universo masculino. “Mas é preciso sublinhar, mais uma vez, que as mulheres nunca constituíram uma sociedade autônoma e fechada; estão integradas na coletividade governada pelos homens” (BEAUVOIR, 2008, p. 409).

[1] Professora do curso de jornalismo da Universidade Norte do Paraná e estudante do Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina.

Como seres biológicos e socialmente construídos, pertencemos a dois grandes grupos definidos como mulheres e homens, palavras que fazem uma referência binária a uma realidade complexa. Traços que vão, portanto, muito além de uma divisão natural.

Extrapolando as características biológicas e binaristas, essa realidade se apresenta em três níveis: o sexo - fêmea e macho; o gênero psicológico e social - feminino e masculino; e a identidade psicossexual - heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade (IZQUIERDO, 1992, p. 1). Estas três, aceitas e discutidas socialmente, em geral, nas culturas ocidentais euro-androcêntricas, nesta mesma ordem.

Não existe uma relação inequívoca entre os níveis e não se pode negar diversas combinações entre eles. Este sistema de divisões confere imperfeições no modo como a sociedade se estrutura, divide poder, riquezas, liberdades, direitos e espaços. Para Izquierdo, este desequilíbrio é fruto de "uma base dupla: a biologia e a divisão sexual do trabalho". (1992, p. 2).

Coube ao feminismo apresentar o sexo como categoria social, mostrando que os papeis sociais de homens e mulheres não são resultado de um acaso biológico, mas de uma construção social que têm base material.

Harding (1993) observa a relações interdisciplinares para a construção de bases teóricas feministas. Segundo a autora, "o esforço inicial da teoria feminista foi o de estender e reinterpretar as categorias de diversos discursos teóricos de modo a tornar as atividades e relações sociais das mulheres analiticamente visíveis no âmbito das diferentes tradições intelectuais." (HARDING, 1993, p. 7). Scott destaca o objetivo da nova *pesquisa histórica*: "explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros". (SCOTT, 1991, p. 15).

Ao optar pela expressão "relações sociais de sexo", em vez do termo "gênero", ou da expressão "relações de gênero", Danièlle Kergoat, representante do feminismo francês, "profundamente marcado pelo marxismo como teoria de referência" (SCOTT, 2001, p. 24), define a expressão como conceito que leva a uma visão sexuada dos fundamentos e da organização da sociedade, processos ancorados materialmente na divisão sexual do trabalho. Segundo Kergoat: "As relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são duas proposições indissociáveis que formam um sistema". (Kergoat in LO-

PES, MEYER e WALDOW, 1996, p. 19). A autora destaca que é impossível colocar estas expressões, altamente polissêmicas, em oposição.

Outra situação colocada pela autora é que a afirmação da primazia do patriarcado não é suficiente para mostrar domínios alheios ao âmbito da produção doméstica. Para Kergoat, a divisão sexual está no centro do poder que os homens exercem sobre as mulheres. A diferenciação que surge nesta relação de poder hierquiza as atividades, tornando a relação (que não se trata apenas de contato social) antagônica, estruturante para o conjunto do campo social e transversal à totalidade deste campo social[2].

A autora define a relação social de sexo em uma ruptura radical com as explicações biologizantes e com os modelos universais e reafirma que as diferenças são construções sociais que têm base material, e não apenas ideológica, o que as torna passíveis de serem apreendidas historicamente. "Não se trata aqui de enunciar verdades eternas, mas de descrever o fundo comum sobre o qual se desenvolve toda a existência feminina singular." (Beauvoir, 2008, p. 9).

Ao apresentar gênero como uma categoria útil para análise histórica, Joan Scott (1991) também recusa a definição biológica e critica o uso de "gênero" como substituto de "mulheres", fazendo referência ao movimento histórico, nos anos 1980 que, em busca por uma "legitimação acadêmica", causou a troca dos termos nos livros e outras publicações. "O gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (...)

Seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas". (SCOTT, 1991, p. 4). Ela define o gênero como a maneira primordial de significar as relações de poder; estruturar modos de perceber e organizar, concreta e simbolicamente, toda a vida social. A autora observa como a estrutura econômica-política é desenvolvida a partir das desigualdades, e não apenas resultando em diferenças. "A reificação sexual é o processo primário da sujeição das mulheres". (SCOTT, 1991, p. 6).

Gênero foi legitimado como categoria de análise em Bourdieu, por exemplo, que mostrou que, em determinadas sociedades, a atividade agrícola se baseava em definições de oposição entre o feminino e o masculino, em relação aos conceitos de tempo e

[2] A teoria dos campo sociais foi desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Presente em grande parte de sua obra, *A genesis dos conceitos de habitus e de campo* pode ser encontrada *In*: **O poder simbólico**. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

estação (SCOTT, 1991). Segundo Scott, os pesquisadores começam a perceber que o gênero constrói relações sociais quando começam a entender a natureza recíproca entre o termo e a sociedade, bem como suas particularidades. "(...) como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política". (SCOTT, 1991, p. 17).

Saffioti (2004) prevê a superação das contradições e questiona o impasse proposto por Scott quanto à estrutura de poder provocada pelas divisões sexuais. Ela observa que o "poder" pode ser "constelado" na direção da igualdade ou da desigualdade entre as categorias de sexo e afirma:

> O que precisa ficar patente é que o poder pode ser democraticamente partilhado, gerando liberdade, como também exercido discricionariamente, criando desigualdades. Definir gênero como uma privilegiada instância da articulação das relações de poder exige a colocação em relevo das duas modalidades essenciais de participação nesta trama de interações, dando-se a mesma importância à integração por meio da igualdade e à integração subordinada. (SAFFIOTI, 2004, p. 113).

Para Saffioti, a mídia reforça os ideais neo-liberais de sucesso profissional e empoderamento (2007). "O empoderamento individual acaba transformando as empoderadas em mulheres-álibi, o que joga água no moinho do neo-liberalismo" (SAFFIOTI, 2004, p. 114).

O conceito de empoderamento vem do inglês *empowerment*, procedente do movimento negro norte-americano que nos anos 1960 lutava pela valorização da raça e da conquista dos direitos civis. Assim, a palavra abrange as ações que permitam controle e emancipação, na busca por posições igualitárias nas relações estabelecidas e na construção de novas realidades sociais. A partir da segunda onda do feminismo, o termo passa a ser empregado e seu significado discutido.

O empoderamento das mulheres representa um desafio para as relações familiares e perpassa a estrutura cultural, segundo Magdalena Leon (2000), pois significa a perda de posições privilegiadas em que foram colocados os homens nas sociedades patriarcais. Outro argumento da autora é que empoderamento e empoderar assinalam ações e pressupõem que os sujeitos se convertem em agentes ativos, como resultado de um acionamento, que varia de acordo com cada situação concreta (León, 2000, p. 192).

Ela pretende estabelecer aspectos materiais e práticos para compreender e alterar a posição de mulheres nas relações de poder e atribui esta ação à prática do feminismo. Neste esforço, reside a intenção de impulsionar mudanças na cultura e no imaginário

social sobre a relação da mulher com o poder e gerar transformações na linguagem que reflitam em novas construções, mudanças nas estruturas de subordinação e imaginários sociais.

Analisar os resultados de um determinado fenômeno comunicacional relacionado à representação sexual do heterogêneo grupo mulheres se trata, portanto, de perceber que as bases materiais para a divisão do sistema sexo/gênero são culturais, econômicas e políticas. Políticas e econômicas como na concepção Gramsciana, em que compreendemos que: "A economia não trata de coisas, mas de relações entre pessoas e, em última análise, entre classes, embora tais relações estejam sempre *ligadas* às coisas e apareçam como coisas" (Coutinho, in Coutinho e Teixeira [orgs.], 2003, p. 76).

Carlos Nelson Coutinho foi um dos maiores estudiosos e divulgadores da obra de Gramsci (Moretzsohn, 2007). Para ele: "Gramsci recusa assim, de modo enfático, a redução da economia às relações técnicas de produção". A estrutura econômica não é a simples esfera da produção, mas o modo pelo qual mulheres e homens se organizam, estabelecem seu "metabolismo" natural e produzem, ou reproduzem não apenas objetos materiais, mas, sobretudo, suas próprias relações sociais globais (Coutinho, in Coutinho e Teixeira [orgs.], 2003, p. 76).

As práticas sociais se referem àquilo que é vivido no cotidiano, nos espaços de trabalho, na família, nas relações sociais e sexuais. A comunicação se insere como aquilo que torna comum (do latim *communicare*), o que é partilhado nestas relações. Os teóricos da comunicação se utilizam de determinado contexto e paradigma para apresentarem seus argumentos. Neste ambiente, conforme Wolf, encontram-se:

> a. o contexto social, histórico, econômico em que certo modelo teórico sobre as comunicações de massa surgiu ou se difundiu;
>
> b. o tipo de teoria social, pressusposta explicitamente mencionada pelas teorias da mídia (...);
>
> c. o modelo de processo de comunicação, que cada teoria da mídia apresenta. (WOLF, 2008, p. 3).

De maneira geral, os meios de comunicação abrangem quatro potencialidades, analisadas por cientistas sociais das mais diferentes áreas: a capacidade de agendamento social, de enquadramento temático, de construção da informação e de controle social. "Estamos, portanto, assumindo que a mídia tem um poder central nas democracias con-

temporâneas: definir a agenda pública." (Canela, 2008, p. 25). Mas a comunicação, por si só, não promove mudanças materiais.

A análise da comunicação em sociedade apenas pode dar espaço para demandas públicas e diretrizes para políticas de transformação, de maneira que a realidade seja reorganizada simbolicamente para uma mudança real. "Para a teoria feminista, o sistema sexo-gênero não é uma maneira contingente, mas essencial, pela qual a realidade é organizada simbolicamente, dividida e vivida na experiência." (BENHABID, 1988, p. 80 apud SAFFIOTI, 1992, p. 188).

Observamos a violência simbólica atuante na exploração do corpo-imagem feminino, o que nos permite refletir sobre como as inclinações de subordinação de gênero estão presentes também nos meios de produção cultural. Notamos que alguns usos da imagem feminina no contexto do jornal diário são um fenômeno crucial para reforçar as construções simbólicas de gênero e sexualidade e manter a "subordinação feminina" (BOURDIEU, 1998). Na mídia impressa, o corpo feminino estereotipado tem, em muitas de suas aplicações, o estatuto de alegoria e mercadoria.

Baseando-se na obra de Jean Baudrillard (1991) e considerando o corpo-imagem um simulacro do corpo real, este trabalho constata que as imagens de corpo feminino são utilizadas em demasia na mídia impressa e, em muitos casos, para deleite visual próprio da 'cultura da visibilidade' (Klein, 2006), desvinculado da realidade, esfera que, em teoria, é insistentemente buscada por jornalistas no empenho de suas funções. As investigações sugerem que as imagens de corpo feminino, publicadas diariamente na mídia tradicional, respondem de maneira simbólica à produção hegemônica de conteúdos, construindo, ou reforçando, um imaginário negativo sobre a mulher e seus estereótipos.

2. Materialidade corporal inscrita na mídia

As artes sempre conferiram à mulher ocidental um papel decorativo (FRAISSE e PERROT, 1991). Este trabalho nasce também da necessidade em se identificar espaços destinados à perpetuação do modelo simbólico da mulher alegoria, por meio das teorias da comunicação, da imagem e de teorias políticas. Considerando o jornalismo uma ati-

vidade do modo de produção capitalista (Marcondes Filho, 1986), propomos uma reflexão teórica sobre os usos da imagem feminina no contexto do jornal diário, fenômeno que reforça as construções simbólicas de gênero e sexualidade.

Do ponto de vista da sociologia da imagem, tais fotografias recebem condições de propagação ampla, o que conferem uma transfiguração de sentido, que por sua vez dá origem aos estereótipos. A Sociologia da Imagem trata a fotografia como o registro visual de informações de trato sociológico e antropológico sobre a realidade social.

Para o sociólogo da imagem, a fotografia não é apenas documento para ilustrar nem apenas dado para confirmar, ou instrumento de pesquisa. É constitutiva da realidade e é, de certo modo, objeto e também sujeito. Produção, edição, seleção e indução de conteúdo dos jornais são ações em geral definidas por sujeitos concordantes com as regras da cultura opressora de domínio masculino. Nestes casos, a fotografia da mulher é utilizada como mecanismo de difusão ideológica capitalista no consumo diário de notícias.

Martins reflete acerca do caráter científico das imagens para a pesquisa em Ciências Sociais: "Se a fotografia nada acrescenta à precisão da observação sociológica, muito acrescenta à indagação sociológica na medida em que a câmera e a lente permitem ver o que por outros meios não pode ser visto. Ao mesmo tempo ela produz alterações nos processos interativos, na pluralidade de sentidos que há tanto no lado do fotógrafo quanto no lado do fotografado e do espectador da fotografia" (MARTINS, 2008, p. 36).

De acordo com Marcondes Filho (1986), o consumo de mídias de massa "regula" o modo de pensar. Seja a imagem do corpo desnudo das "vedetes" (Morin, 1981) publicados alegoricamente (FRAISSE e PERROT, 1991), seja a lacuna de informações sobre o atual estado de direito e empoderamento feminino, a utilização de fotografias padronizadas transforma a comunicação visual, desvela o conjunto dos suportes visuais em ferramentas de dominação ideológica, limitando a compreensão do leitor.

O corpo é a primeira "base sobre a qual se assenta o sistema sexo/gênero" (IZQUIERDO, 1992, p. 1), pois pode ser social e culturalmente construído. Desde o nascimento, os sexos biológicos são tratados com desigualdade. Ao homogeneizar os indivíduos de um mesmo grupo sexual, assimilando as características comuns a todos os

circunscritos, constrói-se socialmente a desigualdade entre os diferentes sexos "violentada por todo um sistema de obrigações, proibições e oportunidades distintas para os machos e para as fêmeas" (idem). Para Saffioti (2004), o corpo não pode ser ignorado na sociedade patriarcal.

Como a natureza biológica é base para características dos sexos (macho e fêmea), a produção social da existência implica em intervenção dos gêneros feminino e masculino, em todas as sociedades históricas conhecidas, como Bourdieu explicitou a partir de seus estudos com a sociedade Cabilia (1998), cada qual contribuindo para produção e reprodução da existência (IZQUIERDO, 1992, p. 1), de forma material e simbólica.

Esta construção cultural e social impõe modelos às pessoas em função de seu sexo, as relações determinadas nas quais, independente da vontade, os seres são envolvidos em uma relação entre consciência e realidade social. As esferas privada (sobrevivência) e pública (transcendência) constituem o espaço social dos gêneros, no entanto, cabe ao gênero feminino o âmbito doméstico. "Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila." (PERROT, 2007, p.16).

"As preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só apareceram no final do século XX" (Scott, 1991, p. 13). "A história do pensamento feminista é uma história da recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino" (Scott, 1991). Assim como proclamava Natalie Davis em 1975, ao defender a necessidade de se estabelecer estudos sistematizados da história de homens e mulheres, não selecionando trabalhar apenas com o sexo oprimido, optamos por propor estudos de mídia, analisando o jornalismo impresso como vetor de estereótipos visuais e uma cultura androcêntrica, portanto perpetuadora dos modelos de dominação masculina (Bourdieu, 1998).

A revolução Industrial, a complexidade do Estado, a democratização do aparato político, o sufrágio universal, a universalização dos pensamentos eurocentristas de liberdade, igualdade e fraternidade possibilitaram às mulheres "parcelas de poder", por isso a noção de indivíduo é tão importante para as questões de gênero. No entanto, para Scott: "(...) o feminismo ocidental e historicamente moderno é constituído por práticas

discursivas de política democrática que igualaram individualidade e masculinidade." (2001, p. 29).

Reside aí o paradoxo do "individualismo". Para os ideais da Revolução Francesa, a categoria articulada nas teorias democráticas, que corresponde a seres abstratos, é causadora da exclusão de mulheres (FRAISSE, 1989). A abstração completa acabou por tornar os seres humanos uma categoria de seres singulares e únicos: homens, brancos, pertencentes às classes dominantes, ocidentais e cristãos, excluindo do poder todos aqueles que não possuíssem tais características.

Os movimentos da segunda onda feminista e de contracultura (HOBSBAWM, 1995), que fundados nos anos 1960 passaram a ser denominados *Revolução Cultural*, focalizaram questões sobre transgressão cultural, liberdade corporal e a sexualidade.

Podemos falar em três grandes posições teóricas feministas, mas dificilmente será possível encontrar redutos ortodoxos nos movimentos de mulheres ou nas conferências feministas. A primeira posição é o esforço em explicar as origens do patriarcado. A segunda baseia-se na tradição marxista e procura uma crítica feminista. A terceira baseia-se nas escolas de psicanálise e no pós-estruturalismo.

Segundo Perrot (2007), o feminismo não é considerado linear, ou homogêneo. Deve ser visto como plural e variado, num sentido amplo, como qualificação da luta pela igualdade entre as pessoas. Sendo percebido em movimentos súbitos em toda a história, não se baseia em organizações estáveis, é ressurgente, intermitente e sincopado (PERROT, 2007, p. 155).

3. A materialidade da divisão social e sexual para os estudos da comunicação

Há vinte anos, as teóricas feministas contemporâneas à Scott tinham "dificuldades de integrar o termo gênero em conjuntos teóricos pré existentes e em convencer os adeptos de uma ou de outra escola teórica que o gênero faz parte do seu vocabulário" (Scott, 1991, p. 13). Apesar da lacuna de duas décadas, a preocupação com a inserção de temas ligados à estrutura de divisão sexual da sociedade parece ainda não encontrar lugar nas principais linhas teóricas das escolas de jornalismo e pesquisas em comunicação.

Como na dissertação de Marcia Veiga da Silva, observamos a existência de padrões sociais baseados na diferença sexual presentes no modo de produzir jornalismo. A pesquisa de Silva (2010) "foi empreendida na tentativa de perceber se e em que medida este padrão, que é social, produzido na cultura, perpassa o processo de produção de notícias". Acreditamos que no jornalismo impresso as representações imagéticas, decorrentes da construção da notícia (ALSINA, 2000) perpassam modelos que culminam na edificação cultural de estereótipos.

Assim, empreendemos uma busca no portal de teses e dissertações da Capes na tentativa de compreender o estado da arte das pesquisas em comunicação e gênero no Brasil. A partir da busca por palavras chaves (gênero, jornalismo impresso) encontramos 69 resultados a partir do nível Mestrado. Destes, apenas 11 têm alguma relação entre jornalismo impresso e estudos de gêneros e apenas dois pertenciam à área da Comunicação.

A mulher como eixo temático da investigação comunicacional foi pensada por Norma Reynoso que afirma (2003, p. 25) que o campo das ciências da comunicação tem contribuído de maneira pontual com investigações sobre a mulher, com métodos cada vez mais adequados para o estudo de gênero. Ela revela que os estudos advertem sobre a forma como se dá a relação entre as mulheres e os meios de comunicação, assim como a criação de imagens estereotipadas da mulher, como muitos outros temas relacionados à questão de gênero. Segundo a autora, os resultados dessas pesquisas acabam convergindo para o tema "Comunicação e Mulher", abordando principalmente os seguintes aspectos:

- Papeis do gênero atribuído às mulheres, a imagem esterotipada da mulher difundida nos meios de comunicação;
- Valoração sobre o corpo feminino;
- Características "femininas" como ternura, passividade, amor na imprensa;
- Tempo que as mulheres dedicam aos meios de comunicação;
- Incorporação feminina ao uso de tecnologias de comunicação.

Segundo Reynoso (2003), pesquisas revelam novos obstáculos para a igualdade de gênero e o desenvolvimento cultural. Ela elenca o aumento de imagens violentas ou

degradantes da mulher, incluindo a pornografia, descrições estereotipadas, sobretudo por meio de novas tecnologias; a dificuldade de acesso da mulher aos meios de comunicação e educação; a posição subalterna das mulheres em organizações que comandam os meios de comunicação massivos. A autora destaca também que, em pesquisa nacional realizada no México, as notícias quase não fazem referência às mulheres e a temas de interesse de grupos femininos, além de apresentar baixo percentual de mulheres jornalistas.

Como afirmara Davis, "nosso objetivo é descobrir a amplitude dos papeis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la" (DAVIS, 1975, p. 90 apud SCOTT, 1991, p.2). Neste caso, em especial, trabalhamos com a superestrutura social determinada (estruturada), respeitando os diversos sentidos que determinação possa ter em nosso vocabulário. Um tipo de reflexão que dá origem ao termo moderno de "mediação" (idem, p. 45). Uma camada produtora de conteúdo cultural, mais especificamente composta por representantes da grande imprensa, inseridos na sociedade brasileira neste início de século, apresenta estereótipos femininos como representações do gênero.

Entende-se por representação o "reconhecimento do eu e do outro" (SAFFIOTI, 1992), e "as representações que os homens e mulheres fazem da realidade social operam como forças propulsoras de novas ações". (WILLIAMS, 2011, p. 209).

Os meios de comunicação, como os jornais, são social e materialmente produzidos (WILLIAMS, 2011). São também, na sua concepção material, forças produtivas em transformação e que incluem variações históricas, "como as homologias relativas entre os meios de comunicação e as forças produtivas e as relações sociais mais gerais" (idem, p. 70). Assim, o modo de produção jornalística está inserido neste movimento de transformações históricas e sociais, e, como veremos é, portanto, responsável em parte por fenômenos materiais, como a representação visual (materializada), e simbólicos, como a resultante criação de estereótipos femininos.

A incorporação simbólica que se dá através do conteúdo publicado no jornal é, há décadas, objeto de estudo das teorias do jornalismo. "As categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social" (BOURDIEU, 2006, p.141). O problema da naturalização dos comporta-

mentos considerados "femininos" e o modo como o jornal propaga determinadas interpretações também são observados. Ainda segundo Bourdieu, o conteúdo simbólico "leva os agentes a tomarem o mundo social tal como ele é, a aceitarem-no como natural, mais do que a rebelarem-se contra ele, a oporem-lhe possíveis diferentes e, até mesmo, antagonistas" (idem).

Acreditamos que neste esforço midiático de produzir e reproduzir modelos de representação, a imprensa está, na verdade, colaborando para ampliar, ou no mínimo manter, o modelo atual de diferenças histórica, política e simbolicamente construídas entre os sexos, o que exclui a mulher da "cidadania plena" (SARACENO, 1995).

A divisão do trabalho nas redações também demonstra o vínculo da exploração de imagens femininas com suas bases materiais. Para Silva (2010), os valores culturais hegêmonicos apropriados pelos jornalistas incidem, ainda que inconscientemente, nos processos criativos, seletivos e produtivos das notícias. A autora conclui, a partir de sua pesquisa empírica, que ficou evidenciado entre os jornalistas:

> (...) que na hierarquização de valores e posições profissionais, o prestígio e o poder decorriam de um processo complexo, para além da simples competência profissional, e que tinham a ver também com adequação a determinados perfis, cujos atributos de gênero mais valorizados estavam em consonância com aqueles convencionalmente associados ao masculino (força, imposição, coragem, pioneirismo, pró-atividade, etc.), independentemente do sexo biológico dos profissionais" (...). (Silva, 2010, p. 198)

A perspectiva dos estudos de gênero, "ao destacar a dimensão subjetiva das relações de poder entre homens e mulheres, acabou por negligenciar o vínculo com suas bases materiais. Em nossa concepção, não se trata de excluir a questão feminina do âmbito mais geral da luta de classes, mas – igualmente – não se pode cair na armadilha de abordá-la como questão *específica* que acaba por ser diluída no discurso da proeminência das questões *gerais*". (GONÇALVES, 2009, apud LOVATTO, 2009, p. 181, in Mediações, 2009).

No Brasil, algumas entidades desenvolvem, entre outras atividades, o trabalho de articular a sociedade, o Estado e os veículos de comunicação. Fundado em outubro de 2005, o Observatório da Mulher busca contribuir, resgatar e tornar visíveis as lutas das mulheres no Brasil. A entidade tem como principais objetivos promover os direitos das mulheres, democratizar a comunicação, produzir e veicular informações sob o ponto de

vista das mulheres, promover a educação ambiental e a mudança de hábitos de produção e de consumo além de avaliar as políticas públicas sob a ótica de gênero.

A Rede Mulher de Educação é uma organização não-governamental sem fins lucrativos. Criada em 1980, facilita a interconexão entre grupos de mulheres em todo o Brasil, constituindo uma rede de serviços em educação popular feminista. Tais ações visam a fortalecer a capacidade de enfrentamento das desigualdades de gênero, a superação do sexismo nas organizações e a valorização das diferentes contribuições femininas à sociedade.

O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, de atuação nacional e internacional, cujos marcos políticos e teóricos são o feminismo, os direitos humanos, a democracia e a igualdade racial. O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero foi criado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Produz conteúdo destinado a gestores públicos, representantes políticos, movimentos e organizações da sociedade civil, e em particular aos movimentos e às organizações feministas e de mulheres.

Reynoso (MELO, GOBBI e BARBOSA [org.], 2003, p. 25) destaca a tentativa de se organizar uma rede mundial de monitoramento de mídia para a igualdade de gêneros chamada Media Watch.

O termo moderno de “mediação” só tem efeito de ação quando articula diversos setores da sociedade, constituindo uma nova forma de comunicar, promover discussões, informar, estabelecer espaços para propulsão das demandas públicas e dar ao trabalho jornalístico um caráter mais cidadão “pleno”.

Combater os estereótipos de gênero e raça, na cultura e na comunicação, é uma ação prevista no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, cuja importância e urgência se percebe também nas escolas e pesquisas de comunicação.

Na pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas, ao passo que realizamos determinados levantamentos, constatamos também a necessidade de propor alternativas. Iminente é a necessidade de considerar a interdisciplinaridade dos estudos para uma área que tem como base os resultados sociais. Além disso, é no mínimo justo que se considere uma nova forma de observar os estudos da comunicação, a partir de uma visão pluralista, que

acate, ao menos, a proposição de que a história de todas as sociedades é a história dos homens e do androcentrismo.

Nas palavras de Scott, estabelecer a categoria de gênero "trata realmente da aceitabilidade política desse campo de pesquisa. Nessas circunstâncias, o uso do termo *gênero*, visa indicar erudição e a seriedade de um trabalho, porque *gênero* tem uma conotação mais objetiva e neutra do que *mulheres.* O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por conseqüência, dissociar-se da política (pretensamente escandalosa) do feminismo" (1991, p. 4).

Ao propor uma análise sobre um fenômeno comunicacional cujo clímax se encontra na divisão sexual da sociedade, acreditamos que entender a transversalidade da categoria de gênero seja essencial para estabelecer quaisquer estudos das Ciências Sociais e áreas afins.

Referências

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009. 347p.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação.** São Paulo: Relógio d'Água, 1991.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª ed, 2009.

BELTING, Hans. **Pour une anthropologie des images**. Trad. Fran. Jean Torrent. Paris: Gallimard, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. In**: A imagem ampliada** .Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Economia das trocas simbólicas**. Perspectiva. São Paulo, 2009.

_____. **O poder simbólico**. Perspectiva. São Paulo, 2006.

CANELA, Guilherme (org.). **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. Brasília: ANDI, 2008. 342p.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA – CFEMEA. Disponível em: http://www.cfemea.org.br/ Acessado em: 30/06/2012.

COUTINHO, Carlos Nelson Coutinho. TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. 293p.

FRAISSE, Geneviève. PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. V. 2. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1991.

_____. **História das Mulheres.** O século XIX. Vol. 4, Porto: Afrontamento; São Paulo: E-BRADIL, 1991.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, Brasil. v. 1, n. 1, 1993, p 7-32.

HOBSBAWM, Eric. J. A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). 2a ed. Trad. de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IZQUIERDO, Maria Jesus. Bases materiais do sistema sexo/gênero. Tradução livre do texto: **Bases materiales del sistema sexo/genero**. CARLOTO, Cássia Maria. Sempreviva Organização Feminista - SOF 1992, 8 p.

KLEIN, Alberto Carlos Augusto. **Cultura da visibilidade**: entre a profundidade das imagens e a superfície dos corpos. 15º Encontro Anual da COMPÓS - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Unesp-Bauru, 6 - 9 jun. 2006. 12 p.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES,L.M.J.;Meyer.E.D.;Waldow.R.V. **Gênero & saúde**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 1996. p. 19-27.

LEON, Magdalena. Empoderamiento: Relaciones de las mujeres com el poder. **Revista Estudos Feministas.** CFH-CCE-UFSC, Vol. 08, n. 2, p. 279-281, 2000.

LOVATTO, Angélica. Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Helga Hoffmann: presença feminina nos Cadernos do Povo Brasileiro nos anos 1960. p. 179-197, in **Mediações Revista de Ciências Sociais**, Universidade Estadual de Londrina, Vo. 14, N.2, 2009.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social de segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da Imagem.** São Paulo: Contexto, 2008, 206 p.

MEDIA WATCH. Disponível em: http://www.mediawatch.com/. Acessado em: 30/06/2012.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos:** jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 302.

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX**. 2ª. Ed, Forense. Rio de Janeiro, 1981.

OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. Disponível em: http://www.observatoriodegenero.gov.br/ Acessado em: 30/06/2012.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 155.

REYNOSO, Norma Patricia Maldonado. El gênero femenino en La investigación comunicacional latinoamericana. p. 23-31. In MELO, José Marques de (org.); GOBBI, Maria Cristina (org.); BARBOSA, Sérgio (org.). **Comunicação latino-americana**: o protagonismo feminino. São Bernardo do Campo: EDUMESP, 2003. 255p.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando Gênero e Classe In: A. O. Costa & C. Bruschini (orgs.), **Uma Questão de Gênero**, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992, pp. 183 -215.

_____. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SARACENO Chiara. **A dependência construída e a interdependência negada**. Estruturas de Gênero e Cidadania. In: BONACHHI, G. E., GROPPI, A. (orgs). O dilema da cidadania. São Paulo: UNESP, 1995. P 205-234.

SCOTT, J. Gênero uma categoria útil de analise histórica. In: **Gender and the politics of history**. New York, Columbia University Press, 1989, tradução Brasileira-SOS-Corpo Recife, 1991.
_____. A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2001, p. 23-48.

SILVA Marcia Veiga da. Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 2010.

WILLIAMS, Raymond. Cultura e Materialismo. São Paulo: UNESP, 2011, p. 43-68.

WOLF, Mauro. **Teorias das Comunicações de Massa.** São Paulo: Martins Fontes, 2008, 295 p.